UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

ATA DE REUNIÃO

ATA DA 50ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Aos vinte e nove dias de agosto de dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas e dez minutos, realizou-se a **50ª Sessão Ordinária do Conselho do Instituto de Desenvolvimento Rural (IDR) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)**, na sala de videoconferência, Bloco A, Auroras, mediante prévia convocação, sob a presidência do Senhor Diretor do IDR, **Lucas Nunes da Luz**, e com a presença dos seguintes conselheiros: **Susana Churka Blum** (Vice-Diretora do IDR); **Aluísio Marques da Fonseca** (Coordenador do Programa de Pós-Graduação e Sociobiodiversidade em Tecnologias Sustentáveis); **Ciro de Miranda Pinto** (Coordenador do Curso de Agronomia); **Marina Cabral Rebouças** (Coordenadora do Curso de Engenharia de Alimentos); **Clébia Mardônia Freitas Rabelo** (Coordenadora da Intesol); **Fernanda Schneider** (Representante Docente); **Jaqueline Sgarbi Santos** (Representante Docente); **Janaina Maria Martins Vieira** (Representante Docente); **Luciana Gama de Mendonça** (Representante Docente); **Luís Gustavo Chaves** (Representante Docente);**Thalles Ribeiro Gomes** (Representante Docente); **Virna Braga Marques** (Representante Docente); **Henrique Pinho Oliveira** (Representante dos TAEs); **Julie Anne Holanda Azevedo** (Representante dos TAEs); **Maria Cristina Guedes Menezes** (Representante Discente) e **Bruno Maia dos Santos** (Representante Discente). **I. ABERTURA DOS TRABALHOS:** Havendo quórum regulamentar, o Presidente da Sessão cumprimentou os Conselheiros presentes e declarou aberta a sessão. Antes de iniciar a Comunicação da Presidência, o diretor da sessão saúda a presença de todos os Conselheiros novos, recém eleitos, que já tomaram posse e já se fazem presentes nas suas respectivas funções de Conselheiros nos próximos três anos e saúda também a presença dos dois novos conselheiros, fora a seleção, que são os professores Aluísio Marques da Fonseca, Coordenador do Programa de Pós-Graduação e Sociobiodiversidade em Tecnologias Sustentáveis, e o Mateus, que ainda não está formalizado, mas a partir da próxima eleição será formalizado como representante da pós-graduação também com o assento no Conselho. o Presidente informou que o Conselho está atualmente com dezesseis assentos cativos e com a entrada do Mateus vai para dezessete. **II. COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA:** o diretor Lucas Nunes da Luz informou que o Conselho está com a chegada do Professor Aluísio Marques da Fonseca e do Mateus e disse também que as representações docentes já foram portariadas, com exceção da representação docente das professoras Virna Braga e Ana Carolina, que são chapas eleitas e que ainda findam esse mandato e informou também que o IDR estava com um processo desde dois mil e dezenove que era a criação de uma área experimental pra uso de disciplinas em Auroras, que essa área está em dias de liberação, que é uma área de 1.3 hectares e fica em frente ao galpão de Auroras, que foi uma empresa privada contratada pela Unilab que já fez um levantamento do terreno e solicitou a SEMACE. Disse ainda que vai ter uma parte de mata preservada e com uma área total de uso para experimentos e que vai gerar em torno de 0,8 hectares mais a área de preservação permanente. O diretor ainda informou que junto à área, mas por fora do terreno vai ter uma pequena faixa de terra onde vão desenvolver um projeto de recomposição florestal sob a coordenação do professor Luís Gustavo. Lucas Nunes da Luz disse que esse reflorestamento vai ser fora da área, mas margeando a área e pegando toda área de contato com a comunidade. Disse que é uma área que não tem nome, mas que vai ser construída em breve e que dentro dessa área de preservação permanente, ele estava pensando em conceder um espaço para a professora Jaqueline Sgarbi para ela implementar o projeto dela do MCTI, porque é uma área que não vão suprimir nada. Em seguida, a professora Jaqueline Sgarbi falou que esse projeto está sendo chamado de CONSAM 2 e disse que é um projeto muito mais localizado e que está mais dentro da Unilab do que foi o primeiro CONSAM, e disse que essa área de proteção é um projeto de seiscentos e cinquenta e oito mil reais sendo que desse valor mais ou menos um terço são para inovações de tecnologias sociais e disse que a ideia é fazer

uma área onde se possa ter várias tecnologias sociais que possam servir como espaço tecnológico onde os alunos possam aprender a atuar com essas tecnologias e também de informação para agricultores. A professora Jaqueline Sgarbi disse anda que a ideia é ter um pouco dessas tecnologias e que ainda irá fazer um debate na perspectiva de que o uso geral da área não entre em conflito com a transição agrecológica. Na sequência, Lucas Nunes disse que está convencendo a professora Jaqueline Sgarbi para que nesta aula demonstrativa que a professora vai demonstrar o projeto dela, seja também um espaço demonstrativo de tecnologias sociais do mestrado e que vai colocar uma placa do MASTS e as foto do site. Ainda na comunicação da presidência, o diretor da sessão expõe acerca de uma fato e pede aos conselheiros para se manifestarem de como se deve proceder. Em seguida, o diretor disse que foi feita uma eleição para representante docente e que foram eleitas seis chapas para seis vagas. Na sequência, comunicou que, olhando os documentos antigos e preparando as portarias e minutas para próxima comunicação, o colaborador Iago Melo o chamou atenção acerca da quantidade de mandatos de alguns conselheiros e em particular da professora Virna Braga Marques, que foi reeleita para um segundo mandato e, em seguida, comunicou a professora Virna Braga que consta é que ela já tem dois mandatos. Em seguida, Virna Braga disse que são chapas diferentes. Lucas Nunes disse que isso não importa porque ela é a presidente, em seguida ele cita o artigo doze do Estatuto da Unilab que diz que os Conselhos têm representações bianual permitida a recondução e no Estatuto do IDR no artigo sétimo parágrafo segundo diz que o mandato dos membros a que se refere será de três anos, permitida uma recondução. O diretor ainda disse a professora Virna que ela teve um mandato de dezoito a vinte um como titular e outro mandato de vinte um a vinte e quatro como titular e agora iria para um terceiro mandato vinte e quatro a vinte e sete como titular e seriam três mandatos consecutivos como titular e segundo o regulamento isso não é permitido. O diretor disse ainda que se ela fosse suplente e a AnaCarolina titular estaria tudo bem. Ele disse também que se questionou com a questão da professora Jaqueline porque ela ocupou um mandato, nessa mesma época que a Virna, e ocupou um mandato como coordenadora e depois ocupou um mandato como reeleita e isso na cabeça dele, professor Lucas Nunes, isso seria três mandatos. Diante dessa situação, ele disse que foi conversar com a SODS para saber como deveria proceder. A SODS solicitou a ele para levar essa questão para o Conselho e ver o que decidem nesse caso específico da professora Jaqueline, porque ela não foi representante docente. Lucas Disse que ela foi primeiramente representante docente, em seguida foi coordenadora de curso e agora é representante docente, ou seja, ela alternou representações, ela não é uma representação cativa. O diretor da sessão disse ainda que este Conselho decidiu, quando a professora Jaqueline abriu mão da vaga dela, efetivar a professora Daniela e que são dois casos parecidos, mas são situações diferentes e, na sequência, pede aos Conselheiros para se manifestarem a respeito antes dele tomar alguma decisão porque, no momento, ele não saberia o que fazer. A professora Fernanda Schneider pergunta se não tem como, de alguma forma, o Conselho aprovar para que a professora Virna Braga entre como suplente e a suplente dela seja titular e que isso passasse pelo Conselho para aprovação. Em seguida, Lucas Nunes da Luz disse que não pode porque elas se escreveram em uma chapa que teve um edital e uma eleição e que isso seria impossível. Na sequência , Virna Braga disse que o que ela ver é que o mandato delas só se encera em setembro. Lucas disse que foi feita uma eleição, que as chapas se inscreveram, saiu o edital e ocorreu tudo nos conformes e disse, ainda, que a decisão de fazer uma eleição agora foi sugerida pela docente Virna Braga para economizar tempo e espaço e nisso o professor Lucas Nunes disse que comunicou a professora Susana Churka Blum que era a presidente a qual acatou e foi feito todo o processo. O diretor disse que, na época do processo de eleição, ele ainda não tinha conhecimento disso e quando foi ter conhecimento já foi depois do resultado e depois comunicou a professora Susana. Em seguida, o diretor da sessão mais uma vez pede para o Conselho se manifestar acerca disso para tomar uma decisão e adiciona que para ele o correto é seguir o Estatuto. Em seguida, a professora Clébia Mardonia Freitas pergunta se, no caso da ilegalidade jurídica, seria preciso fazer uma nova eleição. Em resposta Lucas Nunes disse que se pode fazer uma nova eleição com novos pares e na sequência o diretor pede para os conselheiros pensarem mais como um aconselhamento e espera a resposta no final. Ainda antes do início da Pauta, Lucas Nunes pergunta aos discentes se eles já fizeram o processo de indicação deles. O discente Bruno Maia disse que o pessoal do curso está formalizando um C.A. que vai ser responsável por criar a comissão eleitoral e que todos já estão cientes e disse ainda que até duas semanas já saem novos eleitos. A discente Maria Cristina disse que, no caso da Agronomia, vão fazer uma assembleia para decidir entre os estudantes. Logo após, a representante dos TAEs, Julie Anne Holanda, pergunta se quando uma das pessoas saem se a chapa cai. Lucas Nunes disse que isso acontece só quem foi eleito depois do Estatuto. **II. PAUTAS: 1.**

Aprovação das atas do Conselho do IDR: O Presidente da Sessão informou aos conselheiros que as atas para análise e aprovação estavam disponíveis no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), no processo 23282.002560/2023-80, que são as atas 47ª Reunião Ordinária (0722489), 48ª Reunião Ordinária (0871743), 44ª Reunião Extraordinária (0722488) e 45ª Reunião Extraordinária (0956064) e também no processo 23282.006529/2024-07, que são as atas 46ª Reunião Extraordinária (0994934), 47ª Reunião Extraordinária (0994938) e 48ª Reunião Extraordinária (0994947) e, em seguida, o diretor lembra aos recém empossados que a Ata é um documento assinado por todos que aprovam independente de estar no dia da discussão. Na sequência, as atas do Conselho do IDR foram colocadas em votação e foram aprovadas por unanimidade. **2. Homologação dos Resultados Finais do Edital nº 18/2024 - processo nº 23282.002644/2024-02: I. setor de estudo Cálculo para Engenharias - documento 0996031.** relatora: Luciana Gama de Mendonça. A docente disse que no concurso de Cálculo para Engenharias tiveram dezessete candidatos inscritos, sendo que cinco não compareceram e que os doze que compareceram participaram da prova escrita e foram cinco aprovados na didática e que esses mesmos foram para prova de títulos e todos foram aprovados. Ela ainda disse que a prova de títulos foi a título para ordem de classificação e que durante as etapas teve um recurso na prova de títulos em que nesse recurso o candidato solicitou que observassem os critérios de avaliação e que como o concurso pedia o mínimo que era doutorado, que não entrasse ou que todos pontuassem da mesma forma. Na sequência, a docente disse que a banca do concurso acatou a decisão e que, diante disso, a ordem prévia do concurso foi alterada e que o quarto candidato ficou em primeiro, o primeiro candidato ficou em segundo, o terceiro candidato permaneceu em terceiro e o que estava em quarto lugar ficou em quinto lugar. Logo após, a relatora disse que não teve mais nenhum problema, terminou o concurso e tiveram os cinco aprovados. Na sequência Lucas Nunes disse que precisa muito do pessoal de Cálculo e que a sua intenção futura é convocar o pessoal e que desses cinco aprovados, dois ou três seria muito propício. **II. setor de estudo Engenharia de Alimentos - documento 0996028.** relatora: Janaína Maria Martins Vieira**.** A relatora comunicou que no setor de estudo de engenharia de alimentos foram vinte e dois candidatos inscritos os quais nove não compareceram e foram treze para escrita e um desses não ficou para leitura e no total ficaram doze candidatos sendo que somente três destes foram para prova didática e apenas um candidato foi aprovado. Disse ainda que teve um recurso na prova didática o qual não foi aceito e que no final tudo ocorreu tranquilo. Na sequência, a representante docente Marina Cabral Rebouças informou que, na ultima reunião do colegiado, alguns meses atrás, um candidato que tinha sido aprovado no concurso da UFC pra outro setor de estudos, Ciência e Tecnologia de Alimentos, já tinha enviado e-mail para o professor Lucas demonstrando que ele tinha interesse de ser aproveitado na Unilab e que o colegiado tomou conhecimento disso e que o candidato foi falar com eles e que na ultima reunião do colegiado foi discutido sobre essa solicitação se era vantagem ou não. Na sequência, Marina Cabral disse que o colegiado acabou aprovando o aproveitamento desse candidato do outro concurso. Posteriormente, Lucas Nunes da Luz informou que essas vagas seriam pra ser convocadas agora, mas que depois da greve voltou a ser dois semestres no ano ao invés de três então a convocação deles foi atrasada por falta de disciplina. O diretor ainda disse que há três disciplinas sem docentes e que está conversando com a SGP para que, uma vez homologado, chamem logo a professora de engenharia de alimentos para ela assumir as bioquímicas e as pós-colheitas para que agronomia e alimentos não fiquem sem aula, dada a ausência da professora Socorro Rufino. Em seguida, o presidente da sessão coloca em votação os Pareceres das Professoras Luciana Gama Mendonça e Janaína Maria Martins Vieira os quais foram aprovados por unanimidade. **3. Aprovação no programa PRONERA - Processo nº 23282.003456/2024-93 - documento 0995974.** relatora: Clébia Mardônia Freitas Rabelo. A relatora comunicou que desde janeiro deste ano está com a função portariada para elaborar proposta do curso de agronomia da terra (diálogos e saberes em agrecologia) e desde então a comissão passou por vários procedimentos e foi elaborado o PPC e tiveram em consonância com o movimento Sem terra e o INCRA e falou que a proposta já foi aprovada pelo PRONERA nacional e pelo INCRA do Ceará. Em seguida, ela disse que na primeira versão que foi feita, foram solicitadas algumas mudanças e que eles fizeram as alterações as quais foram aprovadas e foi enviado o processo ao IDR e que o professor Lucas Nunes fez algumas considerações as quais também foram atendidas e que, por último, a relatora disse que em relação ao relatório o qual estava sendo apresentado de aprovação, o Professor Lucas Nunes colocou três questões relacionadas a três documentos que estão no processo e que um deles diz respeito ao calendário. Na sequência, Clébia Mardônia Freitas Rabelo disse também que a turma é totalmente diferenciada, que não é um curso igual ao curso de agronomia e que teve uma última reunião com a Professora Rafaella no dia doze no INCRA

com o MST e tinha que ver a parte de alojamento da turma e também disse que é preciso ter calma e foi solicitado, inclusive, que o INCRA só agora aportaram uma pessoa pra ficar responsável diretamente com essa proposta e que a Unilab no Ceará é a primeira universidade que está apresentando nessa renovada do programa nacional do PRONERA o curso de graduação dentro da proposta. A relatora ainda disse que a proposta foi muito elogiada pelas instâncias e em nome da comissão ela considera a proposta aprovada, mas ainda disse que é uma proposta que ainda é preciso ver novamente o calendário e explica que não é contar os dias e sim ver como se precisa trabalhar porque é uma turma diferenciada por conta do tempo comunidade. Na sequência, Clébia Mardônia disse que está tudo registrado em processo, as atas e todas as reuniões que foram acontecendo. Em seguida, ela disse que está diretamente com o PRONERA nacional sendo ajudada pela elaboração do TED e que a pessoa a qual foi nomeada no INCRA está primeiramente "tomando o pé das legislações" para poder elaborar o TED e que o curso já é pra ser implantado agora em 2024 a organização da implantação para começar a primeira turma no primeiro semestre de 2025. Prosseguindo, Lucas Nunes da Luz aproveitou o momento para agradecer a professora Clébia Mardônia pela proposta e toda a equipe dela que participou, porque é algo muito bom para a universidade e certamente é um diferencial e disse também que sabe que a professora faz isso porque gosta e o faz com satisfação. O presidente da sessão citou que, quanto ao Parecer, há duas coisas que ele queria que tivesse constado que era acerca de dizer que o calendário acadêmico que foi posto e que ele está argumentando não é um contraponto para votar no Conselho pois o calendário é uma coisa e o PPC é outra e o que está sendo votado é o PPC, mas afirma que permanece a necessidade de correção do calendário. Em seguida, Clébia Mardônia disse que irá ser corrigido. A outra correção seria a retirada do nome Programa Zero e logo em seguida o diretor explica que o programa do PRONERA é um curso de agronomia que tem o foco na comunidade e ele tem um núcleo técnico que são os professores da Unilab, mas que, para ministrar conteúdo, vai haver editais públicos de seleção para docente, monitor, orientador, equipe de apoio, entre outros. Continuando, Jaqueline Sgarbi Santos perguntou se todos os presentes sabem o que é o PRONERA e disse que se todos soubessem não faria sentido ficarem falando para eles mesmos. Em seguida, ela explica acerca do programa e disse que o PRONERA está dentro do Programa de fortalecimento da reforma agrária, que é um curso especial para assentados de reforma agrária e que existe um recurso próprio pra isso onde a universidade fez um projeto com o INCRA e com o movimento sem terra, que é o demandante desta área, e que vai ter uma seleção de alunos que vai fazer o curso regular de agronomia e vai ser apenas uma turma. Falou ainda que a questão essencial, além da visibilidade, é a contribuição que a universidade e o IDR faz na perspectiva de inclusão de novos jovens, assentados, um público diferenciado dentro da academia e o diálogo dentro da sociedade e outra parte seria a formação técnica dentro da universidade. Na sequência, a professora Clébia Mardônia disse que o PRONERA, até 2016, era uma política pública de referência no Estado do Ceará em que foi o primeiro lugar em termos de oferta de cursos e tinha Projovem, EJA, cursos de graduação e pós-graduação, inclusive de doutorado e que há doutores formados pelo PRONERA e esse governo agora está tentando resgatar a política que foi totalmente desmanchada pelo governo anterior. Ela disse, ainda, que no Ceará há cinco cursos que estão em andamento e que a Unilab é a primeira que vai pegar a parte orçamentária ainda em 2024. Em seguida, Lucas Nunes da Luz disse que na seleção dos alunos o INCRA determina o assentamento, mas em seguida, pergunta se ele é propício para escolher o assentamento no entorno do IDR ou qualquer um outro ou se tem alguma indicação. Clébia Mardônia Freitas responde dizendo que as vagas para os assentamentos são para o Estado do Ceará independentemente de quais são. Disse ainda que teve uma conversa com o MST e eles disseram que fazem um evento preparatório dos assentamentos que eles têm responsabilidade, mas que não tem nada a ver com o edital. Ela ainda disse que, apesar de o edital abrir para o estado do Ceará, ele é para assentados e o programa é nacional , então pode vir um estudante de fora do estado do Ceará e eles têm que ver como vai acolher esse estudante se ele for aprovado pelos critérios do edital. Posteriormente, Lucas Nunes pergunta qual é o parâmetro de seleção de alunos que se usa, se é nota do ENEM, se é um vestibular e pergunta como é feito. Clébia Mardônia disse que tem as referências de outros cursos que aconteceram em outras universidades. Ela informou que participou do PRONERA até 2016 nos cursos da UECE, não como gestora do curso propriamente, mas que viu como funciona e que tudo é discutido coletivamente, inclusive que a próxima comissão gerada é com a participação do INCRA, MST, e universidades para discutir como vai ser esse processo de seleção. Henrique Pinho pergunta se seria só para docente. Clébia Mardônia disse que não necessariamente, que poderia ser para técnico, mas desde que tenham os critérios que abranjam a necessidade. Na sequência, a professora Fernanda Schneider falou que, no projeto, a seleção dos educandos vai ser regido por um

edital público, específico e vai ser direcionado pro público beneficiário inclusive das comunidades habitacionais. Em seguida, o diretor da sessão coloca em votação o programa PRONERA o qual foi aprovado pelo Conselho por unanimidade. **4. Afastamento do País Thayane Rabelo Braga - Processo nº 23282.009197/2024-12 - documento 0995950.** relator: Thalles Ribeiro Gomes. Antes do início do ponto de pauta do relator, Lucas Nunes disse que o processo de afastamento da professora Thayane Rabelo já foi submetido na reunião em outra ocasião e ele não chegou a ser votado, porque a professora Virna Braga tinha pedido visto e que o entendimento deste processo, naquele momento, era outro por uma série de fatores e disse que um processo quando ele chega no Conselho e ele não é votado ou quando ele é negado, há o prazo de um ano para ser reavaliado, só que a professora Virna não tinha entregue os seus vistos e teve uma conversa com a professora Thayane Rabelo e depois disso passaram a ver a proposta de uma outra forma e foi criado um calendário, um acordo em que ela pudesse se ausentar dentro desse período de forma que não prejudicasse os seus alunos e a execução das disciplinas por falta de professor e esse novo calendário passaria por uma série de adequações para que fossem atendidas a necessidade dela estar em sala de aula mantendo suas aulas e também que fosse atendida a necessidade dela de se deslocar para esse curso avançado de curta duração. O diretor ainda disse que conseguiu criar esse calendário dentro de uma proposta e que a professora Thayane Rabelo apresentou ao colegiado dela e foi aceito porque também ela fez um acordo com os alunos, inclusive onde algumas aulas estão sendo adiantadas e ficou tudo muito plausível. Em seguida, o diretor informou que é um processo novo, totalmente refundamentado com acordo, com especificação de carga horária das disciplinas, de dias , de tudo o que ela precisa para que não deixe a desejar das suas funções como docente e que ela só vai se afastar em período quando as disciplinas acabarem e vai juntar com as férias dela de modo que retorne no próximo semestre. Na sequência, o relator Thalles Ribeiro Gomes disse que a professora Thayane Rabelo adequou tanto a documentação que estava sendo exigida pela SGP como também a questão do adiantamento das aulas. Ele disse que, com relação a essa adequação de um novo planejamento e da nova documentação, deu um parecer favorável para esse afastamento dela e que também já tinha passado pelo colegiado e não tinha o porquê ser negado a partir disso. Posteriormente, a Professora Marina Cabral Rebouças esclarece que, durante a reunião anterior no Conselho, ela tinha comentado muito sobre a questão de defasagem de mão-de-obra da professora Thayane Rabelo no curso que demanda muito de todos e disse que, com essa nova proposta da professora, o afastamento dela, das atividades laborais mais diárias só vai se dar por um mês e meio diferentemente dos quatro meses que era na proposta anterior e que agora ficou mais razoável e não há motivo ou justificativa para negar o afastamento. Posteriormente, Jaqueline Sgarbi disse que compreende que não há motivo, na atual circunstância, para se negar esse afastamento, mas em seguida faz uma observação como Conselheira, como uma pessoa que ajudou a construir o curso de engenharia de alimentos que se tornou um curso eminentemente feminino e que ela pensa que o que faz um curso, o que faz um ambiente de trabalho não é o que ela sabe sobre a agricultura familiar, não é o que a professora Fernanda sabe sobre administração e isso é uma porcentagem da construção do espaço de trabalho e a outra porcentagem são as relações que se criam dentro do curso e disse ,ainda, que ela não tem o menor pudor de dizer que ficou extremamente desconfortável como a forma que a professora Thayane encaminhou o pedido de afastamento dela, passando por cima das instâncias, falando primeiro com as instâncias de mais poder em vez de seguir os ritos normais. Jaqueline Sgarbi falou que não é o seu perfil ficar quieta neste sentido, não que ela ache que o Conselho tinha negado o pedido antes, mas que isso tem que servir de aprendizado para o tipo de comprometimento que se deve ter quando estar na construção de um curso, especialmente, um curso que tem uma série de peculiaridades e ela disse que não acha que isso tem que ficar em vão nessa perspectiva, mas que se deve observar bem esse processo para que ele não se repita e que ele sirva de inspiração de como não se deve agir com os colegas porque foi extremamente desagradável. Em seguida, Clébia Mardônia disse que não é só a questão da engenharia de alimentos e que todos precisam aprender porque todos algum dia vão precisar de um afastamento e que se tem uma legislação e que é preciso ter cuidado com essas questões e concorda com a professora Jaqueline independente de quem seja. Diante do exposto, Lucas Nunes da Luz, coloca em votação a provação do afastamento da professora Thayane Rabelo Braga, o qual as professoras Jaqueline Sgarbi, Fernanda Schneider e Luciana Gama de Mendonça se abstenham, totalizando três abstenções. **5. Aprovação do Regimento Interno do Colegiado do Curso de Graduação em Engenharia de Alimentos.** relatora: Marina Cabral Rebouças. A relatora disse que esse regimento passou por uma comissão que, na época, foi composta por ela, a professora Janaína Maria Martins e a professora Ana Carolina e que já foi

colocado em votação em reunião do colegiado e foi aprovado. Lucas nunes da Luz lembra a todos que os regimentos são obrigatórios pelos colegiados, que todos os colegiados precisam ter os seus regimentos, em seguida pergunta se na composição do colegiado de engenharia de alimentos se deixaram no colegiado todo mundo que faz parte do curso ou se limitaram vagas. Marina Cabral Rebouças respondeu que as vagas foram limitadas. Em seguida, o diretor pergunta a professora Marina se eles lembraram de seguir o regimento interno do IDR e se estão em harmonia com o regimento do IDR. Marina cabral respondeu que sim, que tudo foi feito de acordo com o regimento interno do IDR. Lucas disse que só perguntou porque ficou em dúvida da questão de quem realmente faz parte do colegiado se é quem dá aula no curso ou só quem dá aula no curso e está no IDR. Marina Cabral disse que é quem está lotado no IDR e dá aula no curso de engenharia de alimentos. Na sequência, o diretor da sessão coloca em votação o regimento interno do colegiado do curso de graduação em engenharia de alimentos e o Conselho aprova por unanimidade. **6. Disciplinas sem lotação de docentes:** A professora Susana Churka Blum disse que em algumas conversas com estudantes a respeito das disciplinas da professora Socorro. Susana também disse que se preocupa com isso, porque acha que é preciso adotar algum mecanismo no instituto para não ficar tanto tempo disciplinas sem ninguém porque isso já tem sido algo corrente, já tem acontecido outras vezes e sendo justamente esse o caso de afastamento que não é um caso previsto, que ninguém prever ficar doente e ela disse que teria de discutir pra ver quem são as pessoas da área e sempre àquelas pessoas da área são como um cadastro de reserva e sempre quando tiver falta de professor, teria que fazer um arranjo ali com aquelas pessoas para que a disciplina não ficasse sem ninguém. A docente também disse que, na sua opinião, a disciplina para graduação é uma coisa que é primordial de tudo o que se faz. Em seguida, ela pergunta indiretamente como se deve encaminhar nesse sentido e citou como exemplo discutir, organizar, qual é o quadro e citou sua área que é solos e se algum professor de solos faltar, quem poderia substituí-lo. Posteriormente, Susana falou que tem que ter algo definido, por critérios técnicos e critérios de trabalho e que não tem que ser algo visto como um favor para alguém porque ninguém está ali para fazer um favor a ninguém e que cada um tem seu trabalho que é remunerado por isso e tem as funções que tem que cumprir. Lucas Nunes disse que essa é a segunda vez que a professora Susana faz essa proposta e infelizmente não foi tomado nenhum encaminhamento a respeito. Ele disse ainda que estava com vontade de agora junto com a reforma do PPC de Agronomia, pensar em algum campo ou incluir alguma cláusula mostrando que o IDR tem algumas comissões de trabalho preparadas para algumas eventualidades e disse que acha que isso deveria ser pensado e detalhado no NDE que é o local que cuida da execução da disciplina para que o Conselho referende ou não, mas que se precisa ser discutido no NDE. Na sequência, o diretor faz uma reclamação, nesse mesmo tema, que se refere à continuidade do processo de renovação do PPC da agronomia e disse que tem sentido que o professor Ciro de Miranda Pinto tem ficado muito sozinho e que ele precisa de ajuda para continuar e que esse processo de renovação do PPC é urgente e precisa ser efetivado porque tem uma série de questões que é preciso resolver e disse também que queria muito que o colegiado de agronomia, principalmente quem estar no processo, que retomem o processo, que tomem a frente e que ajudem o professor Ciro de Miranda na condição desse processo para que se possa chegar em um breve tempo na votação desse novo PPC e afirma que queria muito que isso pudesse ser feito ainda este ano. Em seguida, Virna Braga Marques disse que foi solicitado uma nova data. Lucas Nunes disse que seria muito bom se conseguisse alguma coisa nova já pra esse ano. Ele informou, como exemplo, que está conversando com o professor Aluísio Marques da Fonseca que dentro do novo regimento do MASTS, dentro do esquema colegiado e coordenação vão ter três comissões permanentes dentro do programa formando ações pautadas individuais dentro do colegiado. O diretor da sessão disse que no caso em específico que é o processo da professora Socorro pelo seu adoecimento, eles estão sem docentes e infelizmente ninguém se voluntariou, mas o que ele podia fazer de imediato seria apressar o máximo da convocação da aprovada na área de estudo de engenharia de alimentos para que essa pessoa tomando posse ela possa reassumir essa disciplina para que os alunos não tenham prejuízos e que a disciplina seja efetivada ainda este semestre ou tenha um menor prejuízo. Posteriormente, Lucas Nunes da Luz disse que queria deixar registrado essa discussão da professora Susana pra se ter uma ideia para ser mentalizada já que não seria para votar. **7. Transporte Práticas Agrícolas:** Lucas Nunes da Luz disse que, ano passado, no auge dos problemas com práticas agrícolas, uma comissão de trabalho fez uma reunião e foi perguntado a ele se teria algum problema deles fazer uma reunião com o setor de transportes, se precisava vim da direção ou se ele se incomodava de eles tomarem a frente e o Lucas respondendo disse que não teria nenhum problema em hipótese alguma e logo eles chegaram a ter uma

reunião com o setor de transportes específico e que estavam presentes alguns professores e citou os docentes Fred Denilson, Ciro de Miranda, Daniela Queiroz, Ivanilda, Thalles Ribeiro e ele, Lucas Nunes da Luz, disse que ainda pegou o final da reunião pois estava em aula e foi passado para eles, naquela ocasião, um relatório, uma amostra dos transportes do IDR e da Unilab como um todo da quantidade de pedidos, da quantidade de atendimentos, do percentual de indeferimentos e eles puderam ver que o atendimento dos semestre 2023.1 e 2022.2 nos semestres pregressos eles eram em torno de sessenta e nove a setenta porcento de atendimento e trinta porcento de negativa. Disse que, na verdade, as negativas eram de vinte, dezesseis e treze por cento dentro de cada segmento no geral no semestre passado. O diretor falou também que a recomendação do setor e a explicação foi totalmente técnica com questão financeira, combustível e no sentido de que a universidade passa por alguns problemas e continua passando que é o problema de manutenção de custeio que o valor é tanto insuficiente como é pago por avos. Em seguida, ele cita a Lei de Responsabilidade Fiscal que diz que um governante não pode assumir uma despesa da qual ele não tem receita e que isso não é previsão de receita. Na sequência, o diretor disse que toda vez que o setor de transportes vai fechar um contrato e o valor do contrato que ele pode fechar é com os avos de liberação que tem no caixa. Ele ainda disse que o que tem acontecido ao longo dos últimos oito anos é a redução de receita de custeio da universidade e o que entra é o valor que vai chegando aos poucos e só se pode gastar dentro daquilo que se tem em caixa e depois se faz um aditivo de contrato o qual a lei de licitações permite apenas três aditivos de contrato e quando dá esses três aditivos ocorre um novo processo de licitação que demora no mínimo de quarenta e cinco a sessenta dias e isso faz com que não tenha eficiência na contratação de serviços, na contratação de trasportes e uma séria de fatores e o recurso que já é insuficiente ainda chega de maneira reduzida e faz com que se tenha um período acadêmico o qual não tenha dinheiro e que só pode gastar aquilo que tem. Na sequência, Lucas Nunes disse que para superar essas questões, a PROADI optou por fazer um contrato de uma empresa, porque não existe mais quase nenhum órgão público que mantenha frota própria por essa questão e o caminho é que as frotas próprias quem tem vai sendo descontinuada e vão sendo feito contratos com terceirização que tem os seus benefícios e os seus malefícios. Disse também que a universidade só pode dispor do que ela tem pra pagar e que, hoje, o contrato da Crateús tem dez ou doze transportes porque ela só consegue pagar dez ou doze transportes e se cair dinheiro na conta da Universidade e o reitor poder contratar vinte transportes, ele vai contratar vinte transportes e não precisaria de um novo contrato porque este valeria cinco anos. Lucas Nunes falou que ele mesmo foi conversar com a empresa para entender se a empresa tinha alguma demora ou algum entrave e em conversa com a empresa foi lhe falado que a demora para entrega é de sete dias e que a empresa mais do que ninguém tem interesse em fornecer o carro para a universidade. Continuando, o presidente da sessão disse que em relação ao gerenciamento da distribuição da oferta de carro, e disse, nesse caso, é onde entra o IDR e que o IDR, quando é para escolher quem ganha, não tem sofrido prejuízo e que o prejuízo é de todos e ele não sofre mais prejuízo do que outros, então Lucas Nunes disse que ele e o IDR/ICS estão tendo uma série de prejuízos acadêmicos de ensino por conta da falta de recurso e da ausência de transportes e também o IEDS em pequena quantidade, mas também pela quantidade de uso e, dada essa manifestação dos docentes do IDR, ele disse que tentou agendar coma reitoria outra reunião para saber como isso pode melhorar e o que está acontecendo e afirmou que se juntou com a professora e diretora do ICS, professora Juliana, e que dia cinco eles têm uma nova rodada de discussão a respeito. Continuando, o diretor disse que em 2024.1, no geral, o IDR teve cento e oito pedidos de transportes os quais foram treze deferidos, quinze indeferidos, três alterados ou cancelados pelo demandante e setenta e cinco ainda estão dentro do prazo, não tem nenhum tipo de resposta, ou seja, está um percentual de aceite de quatorze porcento e de rejeição de dezesseis ponto dois porcento. Lucas Nuns da Luz também falou que se eles forem especificar por área, as práticas agrícolas têm zero atendimento, práticas I e práticas III têm zero de atendimento. Ele disse que foi questionar o porquê que tem muito aceito, mas só os de práticas são negado e a resposta foi pela quantidade de alunos, que não tem carro que caiba tantos alunos e então uma hora tem que negar. Disse que essa é a explicação inicial da parte da direção para que os conselheiros entendam o que está sendo feito a respeito e porque a coisa tem sido desta forma e como tem acontecido e falou também que isso não significa que ele não esteja buscando alternativas. Na sequência, o diretor abre as inscrições para os conselheiros se manifestarem a respeito para que ele possa levar as tratativas para próxima reunião com a PROADI. Jaqueline Sgarbi disse que isso tudo que o professor Lucas Nunes falou é uma postura de quem está à frente desse processo mais administrativo e não tem nada que eles estão dizendo que isso seria imconpreensível, que faz sentido, nessa perspectiva,

e disse que tem duas questões que ela acha que são essenciais que é como são vistas as práticas agrícolas pela gestão superior e disse que ela não é vista como uma disciplina ou como uma aula qualquer porque se teve quarenta porcento de suas aulas negadas é o mesmo que se eles, professores, estivessem em sala de aula e não dessem os quarenta porcento de suas aulas e isso teria um impacto enorme e nenhuma gestão iria aceitar e novamente a professora Jaqueline afirma dizendo que a prática agrícola não é vista como aula, mas é vista como uma visita ténica ou um enriquecimento do ensino, então o aluno faz ou não faz como se tivessem alternativa de não fazer e isso, para ela, é um ponto de partida para que possam entender como chegou a isso porque a muito tempo está assim. Ela disse ainda que os professores dão seu jeito, mas na verdade o que eles estão fazendo é descumprindo o PPC e logo após ela disse que está na Unilab desde 2016 e que a partir de 2018 essa situação começou a se agravar e em nenhum momento ela ouviu que a falta de dinheiro não seria uma justificativa e pra ela não interessa essa justificativa e o que interessa é o planejamento a curto, médio e longo prazos e isso é central pra se debater nessa reunião que vai acontecer e que não adianta mostrar planilhas e pergunta qual é a transparência que se tem para resolver essas questão, e disse que se esse planejamento fosse feito lá em 2018 quando começaram a negar, talvez eles não estariam nessa situação que se encontra atualmente e que parece que só consegue avançar numa perspectiva de perseguição extrema. Prosseguindo, a docente Jaqueline Sgarbi disse que essa reunião que vai acontecer, ela pensa que se é pra dizer o porquê não tem dinheiro, ela não avança em nada porque todos sabem essa justificativa, mas como se deve ir pra frente, pergunta como vai resolver essa situação. A profesora disse ainda que tudo o que ela está dizendo não é para o professor Lucas Nunes e nenhum outro colega que ali estão, mas o seu sentimento como conselheira é que essa reunião avance nesse sentido porque realmente se ficar dizendo que não tem dinheiro e pergunta indiretamente se vão paralizar as práticas agrícolas e práticas integradoras junto com a enfermagem que está em uma situação também ruim e disse que se não tiver mais práticas agrícolas e práticas integradoras quem perde muito com isso são os alunos e pergunta se os alunos também não precisam se mexer, de ir na ouvidoria, de fazer um movimento mais forte, porque é preciso se mobilizar numa maneira extrema e disse que é isso que está faltando. Em seguida, Clébia Mardônia Freitas disse que ela acha que a ênfase é na manutenção da proposta do PPC e que práticas agrícolas é uma disciplina e está no PPC e precisa ser respeitado. A discente Maria Cristina Guedes Menezes disse que concorda com os professores e que essa negativa dos transportes passa pela desvalorização de práticas agrícolas e com relação à atuação dos alunos, ela disse que não é que eles não tenha feito nada, mas eles têm obedecido a quem se reportar até agora e falaram com os professores, com o coordenador e que eles realizaram uma reunião com o DAA e combinaram de fazer abaixo assinado, de se reunir para reivindicar algumas coisas e que se organizaram para reclamação na ouvidoria e que querem engajar o máximo de alunos para isso e, em seguida, a aluna pede orientações sobre o que mais fazer e disse que, às vezes, eles ficam muito perdidos no que fazer nessas questões. Lucas Nunes da Lus disse que eles tomem cuidado e recomenda que, quando forem à ouvidoria, que eles detalharem bem o pedido e manifestação porque se não eles podem devolver para o coordenador, no caso, o professor Ciro de Miranda. Posteriormente, Henrique Pinho Oliveira falou que a problemática de práticas agrícolas é grande, mas que uma universidade não se faz apenas de aulas, que se tem ensino, pesquisa e extensão e disse ainda que a problemática que está ruim para o ensino, mas que para pesquisa e extensão está mais complicada ainda e sugeriu a Amanda Cristina que eles façam exatamente o que o pessoal do curso de farmácia fez quando começaram as demandas e as atividades que estavam com problemas de docentes, de laboratórios porque eles "colocaram a boca no tromone". Ele disse também que o IDR é vítima dessa situação que se coloca porque os docentes, os serviços acadêmico e administrativo, as direções, as coordenações têm que fazer uma logística contúnua e diária para tentar minimizar o máximo possível esses danos aos alunos e às disciplinas. Ele disse ainda que essa problemática não é só nas práticas agrícolas, mas que é uma problemática geral, contudo que as práticas agrícolas e as integradoras ficam mais visíveis. Em seguida, a professora Virna Braga disse que gostou muito do que a Jaqueline Sgarbi falou de se pedir um plano de curto, médio e longo prazos porque já tiveram reuniões com reitores anteriores e o problema só se arrasta e eles continuam improvisando as práticas agrícolas que são disciplinias obrigatórias. A docente falou que eles já deixaram de ir à Caucaia porque eles só conseguiram fazer cinco viagens de quinze que eles teriam e eles procuraram o setor de transportes, perguntaram como fazer para acontecer e eles continuam sem transportes. Ela disse ainda que esse semestre só teve uma única viagem e disse que na semana passada ainda foi pior, porque eles solicitaram uma viagem e houve um erro de comiunicação deles com o setor e marcou para sete e meia e eles acharam que estava marcado para às oito horas e ela

confirma dizendo que o erro foi deles que solicitaram no horário errado e que o setor de transportes ligou perguntando onde estariam os alunos e o que fariam e ela respondeu dizendo que a viagem só seria às oito horas e eles disseram que não e logo mandaram o print para e ela, que respondeu dizendo que estava na estrada e não sabe qual era o problema e pediu para eles levaram quem estava lá. A professora também disse que falou com o Elano e também com o motorista, senhor Luís, e tiveram outros diálogos. Ela disse ainda que o Elano confirmou que iam levar quem estava lá e ligaram para os estudantes que estavam em liberdade para entrar no carro. Continuando, Virna Braga disse que já tinham dois alunos que estavam dentro do carro e o pessoal dos transportes pediu para os alunos saírem do carro porque ele ia atender uma outra demanda. Virna disse disse que eles ficaram sem ter como ir, mas já tinham avisado a comunidade que iriam e disse que outras vez ela e o professor Marcelo levaram os estudantes no seus carros e disse também que sabe que isso não deve ser feito, mas eles já tinham se comprometido e foram. Ela disse que mandou mensagem para o setor apenas para confirmar que iam buscar os estudantes porque não cabiam no carro deles e disse ainda que hoje a disciplina tem mais estudantes do que comportam os carros dos professores e afirmou que estavam fazendo a viagem da forma errada e ainda os colocam para fora e eles nem tinham a certeza se o carro iria buscar os alunos ou não e depois ela recebeu uma mensagem que o carro não iria. A professora comentou também que lá não pega telefonia direito, que precisam tentar comunicação porque a internet não funciona e essa é uma angústia que a professoras tem da última aula. Ela falou ainda que no dia foi à reitoria, mas o reitor estava em Brasília e ela falou com a secretária perguntando como marcar uma reunião e a secretária pediu para mandar um e-mail e assim a professora fez, solicitando uma reunião e foi respondido a ela no e-mail perguntando se ela já tinha entrado em contato com o setor e a professora respondeu dizendo que dessa vez não. Em seguida, a professora falou que já procurou de diversas formas e o assunto seria a falta de transportes de práticas agrícolas. Virna Braga disse que mandou um e-mail para a direção e para a coordenação perguntando de como proceder diante de tantas negativas porque são disciplinas obrigatórias, que eles são contratados para dar aula e hoje não tem como fazer isso, e que não tem como fazer uma extensão na comunidade dentro do Campus pois a disciplina é de extensão. Lucas Nunes disse que só não respondeu o mail porque estava vendo o agendamento dessa reunião com eles, mas que vai usar o e-mail como base para queixa, mas também para falar da resolução em relação à questão das datas, horários e outras coisas. Posteriormente, o professor Luís Gustavo Chaves disse que ele acha que essa questão de práticas agrícolas já se sustenta a mais de seis anos e lhe parece que a tendência, mesmo com a criatividade de todos os professores, toda a boa vontade de querer resolver, já está esgotada e está chegando ao ponto de se tornar até perigoso para os professores e para os próprios alunos e que, a qualquer momento, pode surgir uma problemática maior e pergunta se essa questão fora da universidade tem outro caminho por que uma hora todos vão ser cobrado no caso a direção, a coordenação e os professores e pergunta se não seria um momento de fazer uma carta com todos esses pontos e esse argumentos que são falados para apresentar as instâncias até superiores do que a própria reitoria, ou seja, ao próprio MEC. Complementando, a professora Susana Churka disse que outra coisa a qual teria que entrar nessa discussão seria os transportes para a fazenda experimental piroás (FEP) porque a fazenda é uma parte da universidade que é um lugar que também não tem transportes. Lucas Nunes disse que só queria que todos entendessem que ele está fazendo muito mais que o mínimo para isso tudo e sua contribuição, mas que há algo que ele não concorda com o que foi falado é o caso de algúem dizer que a gestão máxima, que a reitoria não reconhece o papel e não sabe o que é prática. Em seguida, ele disse que a reitoria sabe o que é prática sim, mas que não está tratando da forma correta e não os deu o que eles precisam. Disse depois que vai levar isso que foi discutido na reunião e assim que voltar vai dá um encaminhamento o mais rápido possível. **III. ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** O Presidente da Sessão, nada mais havendo a tratar, agradeceu o comparecimento dos conselheiros nesta sessão e declarou-a encerrada às desseseis horas e trinta e três minutos. Para constar, eu, Jefferson Bernardo da Silva, Assistente em Administração, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos conselheiros.

Documento assinado eletronicamente por **SUSANA CHURKA BLUM**, **Vice-Presidente do Conselho do Instituto de Desenvolvimento Rural - IDR**, em 28/11/2024, às 14:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **ANA CAROLINA DA SILVA PEREIRA**, **Conselheiro(a) docente suplente**, em 28/11/2024, às 14:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA GAMA DE MENDONÇA**, **Conselheiro(a) docente titular**, em 28/11/2024, às 15:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA SCHNEIDER**, **Conselheiro(a) docente titular**, em 28/11/2024, às 15:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **LUIS GUSTAVO CHAVES DA SILVA**, **Conselheiro(a) docente titular**, em 28/11/2024, às 15:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **CIRO DE MIRANDA PINTO**, **Conselheiro Coordenador do Curso de Agronomia**, em 28/11/2024, às 15:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **LUCAS NUNES DA LUZ**, **Presidente do Conselho do Instituto de Desenvolvimento Rural - IDR**, em 28/11/2024, às 15:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **THALLES RIBEIRO GOMES**, **Conselheiro(a) docente titular**, em 28/11/2024, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **MAYRA GARCIA MAIA COSTA**, **Conselheiro(a) docente suplente**, em 28/11/2024, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **CLEBIA MARDONIA FREITAS RABELO**, **Conselheira Coordenadora da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária (Intesol)**, em 28/11/2024, às 15:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Ariadne Nepomuceno Cursino de Sena**, **Usuário Externo**, em 28/11/2024, às 15:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Francisco Aldenir Pereira Clemente**, **Usuário Externo**, em 28/11/2024, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Karolayne Viana Alves Lopes**, **Usuário Externo**, em 28/11/2024, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **SILAS PRIMOLA GOMES**, **Conselheiro Gerente da Fazenda Experimental Piroás (FEP)**, em 29/11/2024, às 12:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **JOAO DE JESUS MENDES DE VASCONCELOS**, **Conselheiro(a) Representante dos Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) suplente**, em 29/11/2024, às 13:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1047282** e o código CRC **8825EBBF**.

Referência: Processo nº 23282.006529/2024-07 SEI nº 1047282